



Mensurar as Desigualdades Regionais no Brasil: Proposta Metodológica¹

Jandir Ferrera de Lima²
Lucir Reinaldo Alves³
Paulo Henrique de Cezaro Eberhardt⁴
Tatiani Sobrinho Del Bianco⁵

Resumo: O objetivo deste artigo foi analisar o perfil e o estágio de desenvolvimento regional dos Estados brasileiros. Para isso, foi elaborado um Índice de Desenvolvimento Regional (IDR), utilizando-se variáveis econômicas e sociais. Os resultados mostraram que os Estados da Região Sul, Sudeste e o Estado do Amazonas, na região Norte, em 1995, se desenvolveram em um ritmo mais acelerado que os Estados das demais regiões do país. Os Estados classificados como Avançados no estágio de desenvolvimento regional se alteraram entre 1995 e 2008. Os Estados em Transição aumentaram, diminuindo o número de Estados classificados como Retardatários, em função do ritmo mais acelerado de desenvolvimento dos Estados das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) foi aplicado para os 26 Estados e o Distrito Federal pertencente ao país. Foram utilizadas 19 variáveis (doze sociais e sete econômicas).

Palavras-Chave: Economia dos Estados Brasileiros; Economia Regional; Desenvolvimento Econômico.

¹ Pesquisa financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

² Ph.D. Desenvolvimento Regional pela Université du Québec (UQAC)/Canadá. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Pesquisador e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC). E-mails: jandirbr@yahoo.ca

³ Mestre em Desenvolvimento Regional na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor Assistente do Colegiado de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo Pesquisador associado do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC) E-mail: lucir@unioeste.br, lucir_a@hotmail.com

⁴ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Bel. Ciências Econômicas pela UNIOESTE/Campus de Toledo. Bolsista da CAPES E-mail: pauloeberhardt@yahoo.com.br

⁵ Graduanda do Curso de Ciências Econômicas Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Pesquisadora e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). E-mails: tatiani.sobrinho_delbianco@hotmail.com ou tatiani_sdelbianco@yahoo.com.br



1. Introdução

O objetivo deste artigo é mensurar as desigualdades regionais no Brasil tendo como referência os estudos de Gualda (1995; 2003) e Oliveira (2005).

Vários estudos têm proposto e discutido a mensuração das desigualdades regionais utilizando modelos econométrico sofisticados, dentre eles Azzoni e Silveira Neto (2006), Rocha e Urani (2007), Trendle (2006). No entanto, nosso objetivo é discutir as desigualdades a partir de variantes econômicas e sociais com uma mensuração simples, prática e objetiva ao alcance de todos os pesquisadores e técnicos ligados ao planejamento do desenvolvimento socioeconômico.

A concepção de desenvolvimento, em seu conceito mais amplo, envolve o bem estar geral da sociedade. Por isso, a produção per capita se torna relevante, pela necessidade de mensurar a produtividade dos habitantes da região (HADDAD, 2009). Por exemplo, a Noruega tem um PIB menor que o do Brasil, porém, sua população, em geral, tem melhores condições de vida que a população brasileira, por conta da população Norueguesa ser significativamente inferior. Esse perfil de comparação se aplica também as regiões do país.

Por isso, sabendo-se das disparidades econômicas e sociais e conhecendo os potenciais produtivos de cada região, podem-se elaborar políticas de desenvolvimento com o intuito de extrair o máximo do potencial de cada área, principalmente das menos desenvolvidas, a fim de diminuir as desigualdades inter e intra-regionais dos Estados brasileiros. Porém, isso coloca alguns questionamentos: Quais os Estados com o desenvolvimento regional mais avançado no Brasil? Qual o perfil das desigualdades regionais no Brasil? Assim, esse estudo fornece um instrumental metodológico para compreender o perfil e o estágio do desenvolvimento dos Estados brasileiros.

2. Desenvolvimento Regional: Aspectos Teóricos e Metodológicos

Segundo Fonseca (2006), o desenvolvimento econômico não é um processo espontâneo, ele necessita de planejamento, que está diretamente associado ao propósito dos governos, ou seja, à intervenção do Estado na economia regional.

Da mesma forma, Pelinski (2007) indica a importância dos investimentos do Estado no desenvolvimento dos municípios e regiões periféricas. Quanto maior o investimento, maiores serão as condições para o município se desenvolver, porém, o montante investido atinge um nível no qual o município se desenvolve a taxas decrescentes. Isso significa que quanto mais desenvolvida a região, maiores quantias de dinheiro gerarão cada vez taxas



menores de desenvolvimento.

Enquanto Pelinski (2007) mostra a influência dos gastos do Estado no desenvolvimento das regiões, Piacenti (2009) enfoca o potencial de desenvolvimento endógeno das regiões. Ou seja, a atuação dos agentes econômicos da própria região, aliado aos capitais humano e social e na diferença que eles exercem para o desenvolvimento econômico e social.

Os estudos de Pelinski (2007) e Piacenti (2009) corroboram com o estudo clássico de Perroux (1977), para o qual as regiões não se desenvolvem ao mesmo tempo, nem da mesma forma, nem na mesma intensidade. O desenvolvimento econômico é localizado e envolve o surgimento de atividades econômicas motrizes, ou seja, capazes de estimular outras atividades e transformar todo o conjunto da economia.

Já para Furtado (2000) e Haddad (2009) a idéia de desenvolvimento refere-se a um processo de transformação que conduz a melhorias de renda, mas também nas estruturas sociais. Transformações no modo de produção, com a introdução de inovações, mais eficazes, a fim de gerar maior oferta de bens e serviços à disposição da população, mas também fortalecendo as condições de mobilidade entre as classes sociais através da distribuição da renda.

Frente essas constatações é possível se indagar sobre o mecanismo ou qual o caminho a se tomar para se alcançar o desenvolvimento. Por exemplo, Nojima (2008) ressalta a importância da geografia no que se refere às tendências de crescimento e pobreza das regiões. Indiferente à geografia, para Rostow (1978) há seis etapas para o desenvolvimento econômico. A sociedade passa por transformações desde a 1ª etapa, a sociedade tradicional, até a última etapa, uma era pós consumo em massa. Essas etapas criam várias modificações na sociedade, tais como mudanças sociais e políticas. Nas fases iniciais de desenvolvimento das regiões, há que se ter mudanças estruturais de ordem econômica para viabilizar a sustentabilidade do crescimento, aumentando a produtividade, elevando a renda de quem trabalha e da região com um todo. Para a região realmente ser caracterizada como desenvolvida, ela deve estar provida de mecanismos suficientes para erradicar a pobreza, diminuir as desigualdades de renda, assim como os índices de violência e poluição.

A divisão do desenvolvimento econômico em etapas ou estágios surge da complexidade para as regiões crescerem de modo sustentável e criar as bases necessárias para atingir o próximo estágio. Esse modelo de desenvolvimento não deve ser posto em andamento em detrimento de sua população, diminuindo suas liberdades e interferindo em



sua cultura. O desenvolvimento deve trazer melhorias no modo de viver desta.

Kuznets (1983) afirma que o crescimento de uma região está atrelado também ao crescimento das outras regiões, pois as regiões não coexistem sozinhas e sim associadas umas as outras. Esses seriam os aspectos internacionais do crescimento econômico. Assim, o desenvolvimento econômico regional é interdependente.

Na mesma linha, para Hirschman (1961) as regiões retardatárias passam por um momento não espontâneo de desenvolvimento, ou seja, elas forçam o desenvolvimento econômico espelhadas nas regiões nas quais o processo de desenvolvimento primeiramente se verificou. Por isso, as regiões retardatárias sofrem o efeito de forças centrípetas oriundas de regiões mais avançadas.

Conforme salienta Oliveira (2005) e Andrade (1987), sobre os efeitos da força centrípeta para o desenvolvimento, a instalação de indústrias em uma região atrai investimentos em infraestrutura, principalmente em transportes.

Além dos investimentos em infraestrutura, determinadas indústrias também atraem outras indústrias complementares a ela. Os investimentos nessas indústrias elevam a renda per capita da região, aumentando o fluxo de imigrantes em direção a essa região em busca de melhores condições de vida. As indústrias, além de serem importantes na geração de emprego, também devem transferir à população uma renda que propicie aos habitantes uma vida com o mínimo de habitação, vestuário, alimentação e lazer.

Frente ao exposto, Oliveira (2005) afirma que o perfil da desigualdade regional demonstra se as forças centrípetas se sobrepõem às forças centrífugas, ou seja, as regiões que possuem maior poder de atração de mão-de-obra e investimentos possuem maior desenvolvimento que as regiões que possuem maior poder de repulsão.

Para Haddad (2009), há elementos tangíveis e intangíveis que estimulam as forças centrípetas e centrífugas, conseqüentemente, o desenvolvimento regional.

O Estado que aproveitar melhor os capitais intangíveis e tangíveis terá condições para promover as melhorias econômicas e sociais necessárias para sua população usufruir de boa qualidade de vida. O uso racional e eficiente de todos os tipos de capitais disponíveis no Estado o colocarão no caminho rumo ao desenvolvimento.

3. Mensurar o Desenvolvimento Regional: Aspectos Metodológicos

A estimativa do Indicador de Desenvolvimento Regional (IDR) utilizada nessa



análise foi proposta por Gualda (1995; 2003). O autor usou dados sociais e econômicos e seu impacto sobre a dinâmica regional para estimar o perfil do desenvolvimento regional. Além do estudo de Gualda (1995; 2003) também foi utilizado o estudo de Oliveira (2005), como base metodológica.

A área de abrangência da análise serão os 26 Estados mais o Distrito Federal pertencentes ao Brasil. Segundo IBGE (2002), O Brasil conta hoje com 27 Unidades da Federação, sendo 26 Estados e o Distrito Federal. Ao longo do tempo houve mudança de nomes, transformação de territórios em Estados, além de criação e extinção de Estados e territórios. As alterações mais recentes decorreram da Constituição Federal de 1988 que criou o Estado de Tocantins (desmembrado de Goiás).

A partir dos dados levantados de cada Estado brasileiro foi construído o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR), o qual mostra o grau de dinamismo de cada Estado em relação ao desempenho médio nacional. Esse indicador demonstra se um Estado é dinâmico ou não, dentro do processo de desenvolvimento regional.

O Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) é construído com base na região que apresenta o maior valor para cada variável. O indicador parcial que cada Estado auferir em cada variável está atrelado ao Estado com maior valor. Isso significa que, se um Estado aumentou seu índice em relação ao período anterior, este Estado obteve aumento proporcional maior que o Estado que obteve o maior valor para aquela variável.

Os Estados que aumentaram seu IDR em relação ao período anterior se desenvolveram em um ritmo superior ao Estado mais desenvolvido.

O IDR utilizado foi proposto por Gualda (1995; 2003), o qual se utiliza de indicadores sociais e econômicos levando em conta o impacto desses indicadores sobre a dinâmica regional. Além do estudo de Gualda (1995; 2003), também foi utilizado o estudo de Oliveira (2005), como base metodológica.

O procedimento para o cálculo do IDR está exposto a seguir:

- a) Participação de cada Estado em relação ao total do Brasil;
- b) Construção dos índices parciais de cada variável;
- c) Construção de indicadores sociais e econômicos;
- d) Elaboração do Índice de Desenvolvimento Regional;



Quadro 2 – Indicadores do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)

Equação:	Índice e indicadores:
$Part. = \frac{W_i}{\sum W_i}$	<p>W_i é o valor do Estado para a variável. $\sum W_i$ corresponde ao valor total do Estado.</p>
$IPW_i = \frac{W_i - W_{\min}}{W_{\max} - W_{\min}}$	<p>IPW_i: índice da variável W do Estado i; W_i é a participação da variável W do Estado i; W_{\min} corresponde à participação do Estado com o menor valor; W_{\max} é a participação do Estado que apresenta o maior valor.</p>
$IS_i = (IPU \times 0,05 + IPR \times 0,05 + ICE \times 1,5 + IAE \times 1,5 + IMAE \times 1,5 + ARP \times 0,05 + DDL \times 0,05 + DEDC \times 1,5 + INDP \times (-0,05) + INPP \times (-0,05) + ILH \times 0,05 + IMH \times 0,05)$	<p>IS_i = Indicador Social do Estado i; IPU= Índice da Participação da População Urbana do Estado i; IPR= Índice da Participação da População Rural do Estado i; ICE= Índice do Consumo de Energia Elétrica residencial do Estado i. IAE= Índice das unidades domiciliares abastecidas com água/esgoto do Estado i; $IMAE$= Índice de Média de Anos de Estudo do Estado i; ARP: Área de Reserva Legal e Preservação Permanente. DDL: Despesas com desporto e lazer; $DEDC$: Despesas com Educação e Cultura; $INDP$: Número de Domicílios Extremamente Pobre; $INPP$: Número de Pessoas Extremamente Pobres. ILH: Índice de Leitos hospitalares por habitantes. IMH= Índice de Número de Médicos por Habitantes do Estado i.</p>



$IE_i = (IEMP \times 0,4 + ICMS \times 0,1 + FPE \times 0,05 + ICES \times 0,05 + IPIBper \times 0,3 + ITPVA \times 0,05 + ITU \times 0,05 +)$	<p>IE_i = Indicador Econômico do Estado i; IEMP_i = Índice da Participação do emprego total do Estado i; ICMS_i = Índice da Participação da Arrecadação do ICMS do Estado i; FPE = Índice do Fundo de participação do Estado i; ICES = Índice do Consumo de energia elétrica setorial do Estado i; IPIBpercapita = Índice do PIB percapita do Estado i; ITPVA: Índice de Transferência do IPVA arrecadado. ITU: Índice de transferência de recursos da União para os Estado i ;</p>
$IDR_i = (IS_i \times 0,4) + (IE_i \times 0,6)$	

Fonte: Adaptado de Gualda (1995; 2003)

Com o melhoramento dos indicadores econômicos, o Estado possuirá recursos para melhorar os indicadores sociais. Com o aumento da produtividade dos trabalhadores, estes adquirirão maiores rendas para se protegerem com a seguridade social, obterá maior segurança alimentar, poderão despende mais com segurança e lazer e também em sua própria educação. Com indústrias aumentando sua produção e empregando uma parcela maior de mão-de-obra, o governo poderá utilizar essa maior arrecadação de impostos para ampliar o sistema de saneamento e esgoto, aumentar a qualidade dos sistemas de educação e saúde, aumentarem os recursos para polícias e bombeiros e incentivos à cultura e esporte.

Os Estados que se mostrarem mais dinâmicos nas atividades produtivas e sociais alcançarão maiores índices de desenvolvimento econômico e social, tornando-se referência em sua região. O crescimento econômico se dá, entre outros fatores, pelo aumento do produto da economia. A produção tem que crescer mais que o aumento dos habitantes para a população, na média, ter melhora na qualidade de vida.



Quadro 3 – Variáveis do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)

Indicador Social (IS)	Indicador Econômico (IE)
População urbana (0,05)	Emprego Formal Total (0,4)
População rural(0,05)	Arrecadação de ICMS (0,1)
Saneamento básico (Água e esgoto) (1,5)	Transferências da União (0,05)
Despesas Estaduais com Educação e Cultura (1,5)	Transferência IPVA arrecadado (0,05)
Consumo de energia elétrica residencial (Mwh) (1,5)	PIB per capita (0,3)
Despesas Estaduais com Desporto e Lazer (0,05)	Fundo de Participação Estadual. (0,05)
Número de Domicílios Extremamente Pobres (-0,05)	Consumo de Energia Elétrica Setorial (0,05)
Número de Pessoas Extremamente Pobres (-0,05)	
Mata e florestas destinadas a reserva legal e/ou preservação permanente (0,05)	
Número de Leitos Hospitalares por habitantes (0,05)	
Número de Profissionais - Médico por Habitante (0,05)	
Média de anos de Estudo (1,5)	

Fonte: Adaptado de Gualda (1995; 2003).

De acordo com a classificação proposta, os Estados que apresentaram IDR superior a 0,1 serão considerados Avançados, ou seja, apresentam uma dinâmica suficiente da sua base produtiva com potencial competitivo e de consumo. Para Melo (2002) esses Estados devem usar de políticas públicas para consolidar esse nível de desenvolvimento. Os Estados que apresentaram IDR entre 0, 050 e 0, 099, foram considerados em Transição, ou seja, apresentam uma estrutura econômica e social em evolução que faz com que sua dinâmica de crescimento seja menor que o dos Estados Avançados. Por fim, os Estados com IDR abaixo de 0, 050 foram considerados Retardatários, pois encontram dificuldades em atrair e reter recursos, o que dificulta seu processo de desenvolvimento econômico.

Quadro 4 – Classificação do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)

IDR \geq a 0,1	Avançados
0, 050 \leq IDR \leq 0, 099	Em transição
IDR \leq 0, 049	Retardatários

Com o melhoramento dos indicadores econômicos, o Estado terá condições de auferir recursos para melhorar os indicadores sociais. Pela lógica, com o aumento da



produtividade dos trabalhadores eles auferirão maiores rendas e poderão despende mais com consumo. Mais consumo e as firmas aumentando sua produção de bens e serviços e empregando uma parcela maior de mão-de-obra, significa maior receita tributária para o Estado, que poderá ampliar seus gastos em melhorias sociais e econômicas. Já os indicadores sociais retratam a situação social da região e permitem conhecer o seu nível de desenvolvimento social.

4. Evolução e Estágio do Desenvolvimento Regional nos Estados do Brasil

A partir da construção dos indicadores sociais e econômicos para os dois períodos (1995 e 2008), foi possível analisar o desempenho dos Estados brasileiros e descobrir quais variáveis ganharam ou perderam dinamismo e influenciaram no estágio do desenvolvimento regional.

De acordo com a Tabela 01, no ano de 1995, os Estados que apresentaram os maiores resultados de IDR, classificados como avançados, segundo os indicadores sociais foram, Acre, Amapá, Paraíba, Distrito Federal, seguidos dos demais Estados.

Os resultados obtidos para os indicadores sociais dos Estados em 2008 reverteram tal situação, demonstrando novas áreas avançadas no país. Nesse ano, os maiores resultados foram dos Estados de Roraima, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Acre, Goiás, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraná e Mato Grosso.

Com o desenvolvimento substancial dos Estados da Região Sul, ocorrido em Santa Catarina e Paraná, respectivamente classificados como em Transição e Retardatário, o Estado do Rio Grande do Sul continua com a mesma classificação obtida para o indicador social, apresentando-se como Estado Retardatário em 2008.

Tabela 01 – Indicador Econômico e Social dos Estados do Brasil – 1995 e 2008



Região	Indicador Social		Região	Indicador Econômico	
	1995	2008		1995	2008
AC	0,153	0,121	AC	0,105	0,1
AL	0,118	0,094	AL	0,124	0,129
AM	0,109	0,098	AM	0,194	0,171
AP	0,15	0,092	AP	0,123	0,109
BA	0,084	0,088	BA	0,159	0,164
CE	0,079	0,096	CE	0,131	0,126
DF	0,124	0,115	DF	0,226	0,25
ES	0,093	0,145	ES	0,206	0,188
GO	0,071	0,116	GO	0,169	0,165
MA	0,101	0,1	MA	0,153	0,154
MG	0,108	0,097	MG	0,244	0,271
MS	0,078	0,112	MS	0,175	0,155
MT	0,087	0,102	MT	0,136	0,17
PA	0,099	0,1	PA	0,17	0,171
PB	0,125	0,076	PB	0,102	0,11
PE	0,069	0,069	PE	0,158	0,143
PI	0,089	0,083	PI	0,078	0,097
PR	0,085	0,111	PR	0,247	0,238
RJ	0,122	0,115	RJ	0,317	0,226
RN	0,079	0,084	RN	0,122	0,121
RO	0,088	0,088	RO	0,115	0,127
RR	0,123	0,154	RR	0,078	0,116
RS	0,085	0,091	RS	0,266	0,246
SC	0,103	0,126	SC	0,234	0,229
SE	0,123	0,095	SE	0,118	0,123
SP	0,113	0,144	SP	0,505	0,45
TO	0,066	0,095	TO	0,071	0,099

Fonte: Resultados da pesquisa.

Observando a Tabela 01, entre 1995 e 2008, nota-se a homogeneidade entre os Estados de São Paulo, Acre, Distrito Federal, Roraima e Rio de Janeiro, que apresentaram para os anos em análise, sua classificação como Estados Avançados em ambos os períodos. Bem como fora mantida a classificação do Amazonas, Para, Mato Grosso e Maranhão, como Estados em transição.



Nota-se ainda a mudança de classificação de alguns Estados, apresentando uma regressão em seu Indicador Social, como Amapá, classificado em 1995 como Avançado, e em 2008 como Retardatário, fato semelhante ocorrido com Rondônia antes classificado como em transição e apresentado como retardatário em 2008, bem como a regressão dos Estados da Região Nordeste, antes classificados como avançados e em 2008 aparecem como Estados retardatários, Sergipe antes classificado como Estado Avançado e em 2008 aparece como em Transição. Exceto Ceará que demonstrou um ganho no valor de suas variáveis passando à Estado em Transição em 2008.

O Indicador Social demonstrou que em todas as variáveis sociais utilizadas, os Estados que apresentaram o melhor desempenho, em ambos os períodos, concentraram-se na Região Norte, sendo Acre e Roraima, em 1995 e 2008, respectivamente com IS=0, 153 e IS= 0, 154.

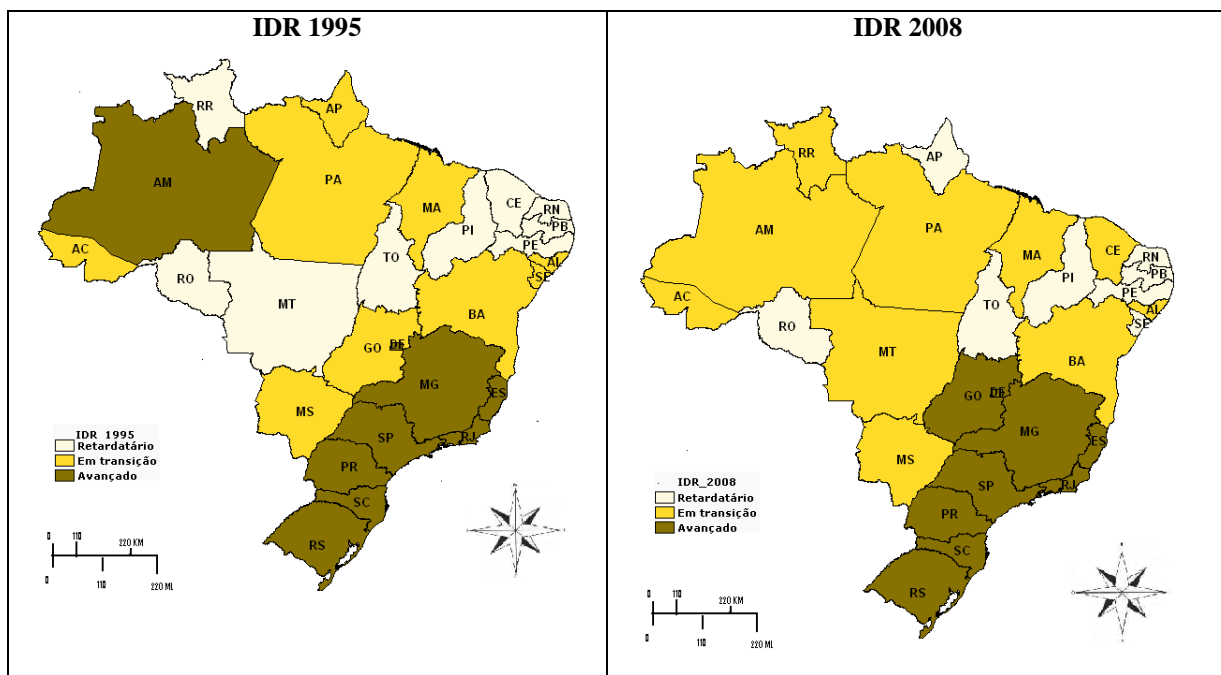
As variáveis utilizadas que possibilitaram obtenção destes resultados no Acre, em 1995, foi o alto consumo de energia residencial, o segundo maior registrado no país (2,19 MWH/Ano), o maior gasto com esporte e lazer percapita, (R\$29,59), e uma das mais altas médias de leitos/habitantes disponíveis no país, (3,77 – para cada 1.000). Enquanto que Roraima, conta com a contribuição de umas das maiores médias de anos de estudo da população, (7,32 anos), bem como o alto gasto com despesas com educação e cultura, de acordo com o número de matrículas da rede pública estadual, (R\$2.663,58), e despesas percapita com esporte e lazer, o maior valor registrado no país, (R\$ 15,14).

O Indicador Econômico apresentou concentração maior em ambos os anos de análise, na região Sul e Sudeste, diferente do Indicador Social, que se mostrou mais distribuído entre as regiões principalmente em 2008.

Os Estados que apresentaram os maiores resultados foram em 1995, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina e Distrito Federal. Mantendo sua hegemonia, em 2008 o maior Índice fora apresentado por São Paulo, seguido dos Estados de Minas Gerais, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

O Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) foi construído a partir dos indicadores econômico e social e sintetiza o estágio dos Estados quanto ao seu desenvolvimento. Para a formulação do IDR foi dado peso maior para o indicador econômico, pois o Estado com melhor situação econômica possui maiores condições para investir em áreas como saneamento (água tratada e tratamento de esgoto) educação e gestão ambiental, sem contar na capacidade de gerar empregos e assim, melhorar seu indicador social.

Figura 01 – Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) dos Estados brasileiros – 1995 e 2008



Fonte: Resultados da pesquisa.

Na comparação do IDR dos anos 1995 e 2008 (Figura 1) não há modificações significativas entre os Estados considerados Avançados, verifica-se a redução do IDR do Estado do Amazonas, sendo reclassificado como em Transição em 2008. Os Estados avançados totalizaram nove entre os vinte e seis Estados e o Distrito Federal em ambos os períodos. Apesar dos Estados Avançados permanecerem com a mesma posição, exceto o Amazonas, que declinou, sendo substituído pelo Estado de Goiás, demonstrando que seu indicador diminuiu de magnitude entre os anos de 1995 para 2008. Isto significa que o Estado de Goiás melhorou seus indicadores econômicos e sociais em um nível porcentual maior que o do Estado do Amazonas.

Apesar de Estado de São Paulo manter sua classificação entre os anos de análise, nota-se que com o aumento da população, passando de 34.120.886 para 41.252.160 habitantes, gerando um aumento de 0,82% na população, e conseqüentemente o aumento no número de residências no Estado de 0,25 %, causa também aumento no número de domicílios extremamente pobres, em proporção maior, de 0,98%, do total dos domicílios do Estado, reduzindo assim o indicador econômico em 2008, dado que esta variável reflete negativamente sobre o resultado dos indicadores e no resultado final do IDR. Como era de se supor, com o aumento populacional do Estado, reflexo da busca por oportunidade de emprego e melhores condições de vida, muitas pessoas são atraídas e conseqüentemente precisam fixar residência em locais inadequados, permanecendo em péssimas condições de



vida, sem a mínima prestação de serviços de saneamento básico, até que consigam alterar sua situação social e econômica, causando impactos no indicador de desenvolvimento social.

Em uma análise geral durante os anos de estudo, o ano de 1995 e 2008 contou com nove Estados classificados como Avançados. Os Estados que foram considerados em Transição, tiveram aumento, passando de nove no ano de 1995 para dez no ano de 2008, enquanto que oito Estados tiveram queda em seu IDR, sendo classificados no ano de 2008 como Estados Retardatários.

O número de Estados considerados Retardatários diminuiu, principalmente, por causa da mudança no perfil do indicador econômico. Em 2008 mais Estados foram classificados como em Transição e Avançados.

Os Estados considerados Avançados obtiveram mudanças estruturais, em especial na parte econômica, seguindo as etapas de desenvolvimento de Rostow (1978). Para Rostow (1978) umas das etapas primordiais é o avanço na industrialização e no consumo de massa. Os indicadores econômicos e sociais que indicam esses avanços melhoraram na maioria dos Estados no período de estudo. Esses Estados passaram por diversas transformações, que acabaram por atrair investimentos que proporcionassem um nível de infraestrutura compatível com um crescimento sustentável. Esses se tornaram pólos em suas regiões, o que faz com que tenham suas forças centrípetas atuando de forma a atrair mais investimentos e também contingentes populacionais vindos dos Estados menos desenvolvidos. Por outro lado, a principal característica dos Estados denominados Retardatários foram os movimentos populacionais, nesse caso o das populações urbanas e rurais migrando para as Estados mais desenvolvidos.



Conclusão

O objetivo deste artigo foi identificar e analisar o estágio de Desenvolvimento Regional dos Estados brasileiros e examinar o perfil das desigualdades regionais. Para isso, foi utilizado o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) dos anos de 1995 e 2008 dos Estados brasileiros.

Com o uso de variáveis sociais e econômicas foi construído o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR). A partir da estimativa do IDR foi possível mensurar o nível de Desenvolvimento dos Estados nos anos de 1995 e 2008.

As variáveis econômicas refletiram o nível de crescimento econômico atingido pelo Estado, porém, elas não são suficientes para determinar se uma região é desenvolvida ou não. Por isso, foram adicionadas ao modelo variáveis que mostraram o nível de desenvolvimento social do Estado. A partir da junção das variáveis econômicas e sociais foi então possível determinar o estágio de Desenvolvimento Regional.

Os resultados mostraram a desigualdade existente nos Estados, principalmente no indicador econômico. O IDR apontou que o Estado de São Paulo está se desenvolvendo em um ritmo maior em relação aos outros Estados do país. Os Estados que conseguiram um IDR classificado como avançado, foram os mesmos nos dois períodos (1995 e 2008): Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Distrito Federal e a troca do Amazonas pelo Estado de Goiás. Apesar de esses Estados manterem um IDR classificado avançado, em 2008 o montante do índice caiu em relação ao ano de 1995. Isto significa que apesar de serem considerados Avançados, eles estão se desenvolvendo em um ritmo mais lento do que os demais Estados.

Dos Estados considerados em transição, no ano de 1995, Amapá e Sergipe, obtiveram queda em seu IDR para um valor abaixo de 0,049, regredindo do perfil de Transição para Retardatários em 2008. Esses Estados perderam dinamismo porque não conseguiram acompanhar, proporcionalmente, aos outros Estados em quesitos como despesas municipais com educação, urbanização e PIB per capita.

Alguns Estados considerados retardatários, que apresentaram $IDR < 0,049$ no ano de 1995 não conseguiram melhorar seus indicadores proporcionalmente aos outros Estados e permaneceram com essa classificação em 2008.

A análise dos indicadores de Desenvolvimento Regional mostrou que o Estado de São Paulo não só é o mais desenvolvido do país, como está aumentando a diferença entre ele e os demais Estados. Essa diferença é maior no Indicador Econômico.

Os Estados que foram considerados avançados possuem uma dinâmica econômica e social que permite continuar a melhorar seus indicadores econômicos e sociais. Essa estrutura existente é essencial para a melhoria da atual capacidade de criar uma sociedade com maior oferta de bens e serviços com qualidade de vida para a população.

Os Estados denominados em Transição e Retardatários devem usar de seus recursos humanos e institucionais para promoção de ações para diminuir os entraves existentes e identificar as aptidões desses Estados para estimular um desenvolvimento endógeno.



Referências Bibliográficas

AZZONI, Carlos R.; SILVEIRA-NETO, Raul. Localização e dinâmica regional da disparidade de renda: O caso brasileiro **Papers in Regional Science**, Vol. 85, nº 04, 2006

ANDRADE, Manuel, Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: Uma introdução à Economia Regional**. 5º ed. São Paulo: Editora Atlas, 1987

FONSECA, Manuel Alcino. **Planejamento e desenvolvimento econômico**. São Paulo. Editora Thompson. 2006.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: Enfoque histórico- estrutural**. 3º Ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2000.

GUALDA, Neio Lúcio Peres. IDR – Proposta Metodológica. **Texto para Discussão**. Programa de Mestrado em Economia - PME. Universidade Estadual de Maringá, 1995.

GUALDA, Neio Lucio. O Índice de Desenvolvimento Regional como fator de identificação de pólos de crescimento regionais - uma tentativa de identificação para a economia paranaense. In: II Encontro de Economia Paranaense, 2003, Maringá. **Anais ... Maringá : TAC - Multimídia**, p. 566-583,2003.

HADDAD, Paulo. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**. Curitiba, v. 35, nº 3 (ano 33), p. 119-146. 2009.

HIRSCHMAN, Albert. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura. 1961.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <[_www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 20 de Janeiro. 2011.

_____ **Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, 1990.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Base de Dados**. Disponível em:

<<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em 23 de Janeiro. 2011

IPEADATA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 15 de Janeiro. 2011.

KUZNETS, Simon. **Crescimento econômico moderno: Ritmo, estrutura e difusão**. São



Paulo: Abril Cultural, 1983.

MELO, João Paulo Barbosa. A problemática e as políticas de desenvolvimento local. In.: COSTA, J. S. (coordenador) **Compêndio de economia regional**. Associação Portuguesa para o desenvolvimento regional. Coimbra: Portugal, p. 515-521, 2002.

NOJIMA, Daniel. **Teoria do Desenvolvimento e Economia Regional: Uma análise da experiência brasileira, 1995-2005**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico – Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2008.

OLIVEIRA, Cristiano. Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: um enfoque da nova geografia econômica. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v.10, nº 2, p. 93-116, maio/ago. 2005.

PELINSKI, Augusta. **Padrão de desenvolvimento econômico dos municípios do Paraná: Disparidade, dispersão, e fatores exógenos**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Toledo. 2007.

PERROUX, François. Nota sobre a noção de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jaques. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, p. 145-155. 1977.

PIACENTI, Carlos Alberto. **O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada – Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. 2009.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais.
<http://www.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp?viewarea=rais>. Último acesso em 17 de Fevereiro. 2011.

ROCHA, Rudi; URANI, André. Posicionamento social e a hipótese da distribuição de renda desconhecida no Brasil: Quão pobres, quão ricos e quão desiguais nos percebemos? **Revista de Economia Política**. São Paulo, vol. 27, nº 04, p. 595-615, 2007.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.

TRENDLE, Bernard. Regional economic instability: the role of industrial diversification and spatial spillovers. **The Annals of Regional Science**. Berlin, vol. 40, nº 04, p. 767-778, 2006.

VIANA, Giomar. **Capital humano e crescimento econômico: O caso da economia**



paranaense no início do século XXI. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Toledo. 2010.